

APROXIMANDO ESCOLAS E CONSTRUINDO REFERENCIAIS PARA A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA A EJA NO DISTRITO FEDERAL

Remi Castioni – UnB

remi@unb.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é o de apresentar o desenvolvimento de projeto de pesquisa apoiado pela CAPES-SETEC em execução na Região Administrativa de Ceilândia em Brasília, maior aglomerado urbano do Distrito Federal. Contemplado no âmbito do Programa de Apoio ao Ensino e a Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos - PROEJA/CAPES/SETEC, o subprojeto visa criar as condições para a institucionalização da educação profissional no DF, integrada à educação de jovens e adultos (EJA) tendo por base o Decreto Nº. 5.840 de 13 de julho de 2006.

Palavras-chave: PROEJA; educação profissional; itinerários formativos

Educação profissional e EJA no DF – construindo pontes

A presente reflexão trata da institucionalização, em Brasília, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. O projeto está sediado na Universidade Federal de Goiás e tem por objetivo investigar a implantação do PROEJA no Estado de Goiás, a cargo do CEFET-GO, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás -IFG, da própria UFG e da Universidade Católica de Goiás. A UnB, como universidade associada ao projeto do Centro-Oeste, tem por foco, no âmbito da rede pública de ensino no Distrito Federal, a tentativa de articular as duas dimensões: educação de jovens e adultos - EJA sob a responsabilidade da Secretaria de Educação e recentemente, a educação profissional – EP, sob a tutela da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Em Brasília, o subprojeto denomina-se: Transiarte, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional. O objetivo inicial foi o de identificar como seria possível, na capital da República, com pouca tradição na área da educação profissional, a institucionalização do PROEJA. É importante ressaltar que as matrículas da EJA vem caindo a cada ano e a matrícula da educação profissional representa menos de 1% do total da educação básica no DF. Inicialmente, foram identificadas duas escolas na Região da Ceilândia como complementares para a articulação pretendida, o Centro de Ensino Médio – 3, na QNM 13 e o Centro de Educação Profissional - CEP localizado QNN 14. As duas escolas distam entre si

800 metros e, enquanto a primeira tem como foco a EJA nos 3 segmentos, o CEP tem seu foco voltado para a educação profissional em cursos direcionados para várias áreas da atividade econômica com ofertas em duas das três dimensões previstas pela atual legislação da educação profissional (Decreto 5.154, de 23/07/2004), sendo elas, a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional técnica de nível médio.

O objetivo da equipe do projeto, desde o início, foi o de identificar as possibilidades de integração entre as duas modalidades de ensino e permitir a construção de um possível itinerário formativo que tivesse articulação com o tema proposto (PROEJA). Para tanto, o projeto partiu de alguns pressupostos, mas toda a construção está sendo feita coletivamente por professores, alunos e funcionários das escolas e a equipe do projeto. A metodologia utilizada é a pesquisa-ação, onde os sujeitos são ao mesmo tempo o objeto, mas também os agentes operadores da mudança.

Nesse sentido, a presente reflexão visa apresentar o percurso da pesquisa, no que diz respeito à institucionalização, no âmbito das duas secretarias. Aborda o longo processo de interação com os dirigentes do GDF para o atendimento ao público da EJA; e as lidas e desafios da integração da EJA com a educação profissional, e as possibilidades de se oferecer na capital da República condições de acesso à educação a um contingente que é estimado em 700 mil pessoas.

Os principais resultados da pesquisa conduzida desde o segundo semestre de 2007, e efetivada em 2008, mostram, até aqui, o processo de envolvimento dos professores da EJA e, como resultado disso, a identificação de uma turma de alunos que a partir de 2009 está realizando um primeiro percurso de formação profissional no CEP, na perspectiva de consolidar a efetivação da primeira experiência de PROEJA no DF.

O fio condutor da ação empreendida é o Decreto Nº. 5.840 de 13/07/2006. Destaque-se inicialmente que o PROEJA teve sua versão preliminar por intermédio do Decreto Nº 5.478, de 24/06/2005, e ficou restrito apenas no âmbito das instituições federais de educação profissional e tecnológica – CEFETs. No ano seguinte, em 2006, é que o Programa permitiu a sua implementação pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais do Sistema S (parágrafo 3º do artigo 1º do Decreto Nº. 5.840/2006).

O método empregado aqui é o da narrativa cronológica encadeando os acontecimentos com reflexões da literatura que ajudam a subsidiar o nosso entendimento

sobre a construção da política pública e os referenciais metodológicos empregados para o desenvolvimento da pesquisa.

“Pontes sobre águas profundas”

Em novembro de 2006, um grupo de professores-pesquisadores de 3 áreas de concentração do programa de Pós-Graduação em Educação da UnB, da área de Educação e Comunicação, Políticas Públicas e Gestão da Educação e Escola, Aprendizagem e Trabalho Pedagógico, respectivamente integrado pelos professores, Lúcio França Teles, Remi Castioni e Renato Hilário dos Reis e ainda a professora-pesquisadora Maria Luiza Pereira Angelim, do Departamento de Métodos e Técnicas – MTC, reuniram-se com o objetivo de atender a um pedido de colegas da Universidade Federal de Goiás – UFG para participarem do Edital Nº 003/2006 da CAPES/SETEC, articulado pelos professores da UFG, Maria Margarida Machado e João Ferreira de Oliveira. A proposta do Edital era a de estimular a investigação dos processos de implementação da educação profissional integrada à educação de jovens e adultos (EJA) tendo por base o decreto que instituiu o PROEJA.

O projeto foi contemplado no início de 2007, sob a coordenação da Universidade Federal de Goiás e tem por objetivo investigar a implantação do PROEJA no Estado de Goiás a cargo do CEFET-GO e da Universidade Católica de Goiás. Foi um dos nove projetos contemplados em todo o País com prazo de execução de quatro anos. A UnB como universidade associada ao projeto do Centro-Oeste teve por foco, no âmbito da rede pública de ensino no Distrito Federal, a tentativa de articular as duas dimensões: EJA e EP. Em Brasília, o projeto foi formalmente iniciado em agosto de 2007, com o lançamento das ações no Centro de Educação Profissional – CEP Ceilândia.

Na capital da República, o subprojeto da UnB, deparou-se em um primeiro momento com a realidade de que as matrículas da EJA vem caindo a cada ano e os dados da educação profissional no DF representam menos de 1% do total da matrícula da educação básica, segundo o Censo Escolar de 2006. Uma outra dificuldade foi a da ausência de uma instituição nos moldes do CEFET, de onde partiu a concepção do PROEJA, para a realização das ações propostas. A insignificância da educação profissional dentre as modalidades de educação oferecidas no Distrito Federal davam a dimensão desse esforço.

Partindo de trabalhos anteriormente realizados pelos professores da Faculdade de Educação da UnB, identificou-se duas escolas na Região Administrativa de Ceilândia como

complementares para a articulação pretendida. As duas escolas embora “vizinhas” não mantinham nenhuma atividade colaborativa, embora lidem com o mesmo público, em geral, jovens e adultos que passaram da idade de frequentar a escola, opção feita para se dedicar ao trabalho ou a família, o caso das mulheres. O CEM-3 tem como foco a EJA nos 3 segmentos (ensino fundamental (1^{a.} à 4^{a.} séries; 5^{a.} à 8^{a.} séries) e ensino médio (1^{a.} à 3^{a.} séries), e concentra aproximadamente 2,5 mil alunos. O CEP tem seu foco voltado para a educação profissional em cursos direcionados para várias áreas da atividade econômica e tem 4 mil alunos em cursos de 80, 120, 600 e 800 horas. Os cursos técnicos são ofertados na modalidade concomitante e subsequente.

O objetivo da equipe do projeto desde o início foi o de identificar a integração entre as duas modalidades de ensino (EJA e educação profissional) e permitir a construção de um possível itinerário formativo que tivesse articulação com o tema proposto (PROEJA). Para tanto, o projeto partiu de alguns pressupostos, mas toda a construção está sendo feita coletivamente por professores, alunos e funcionários das escolas e a equipe do projeto. A metodologia utilizada é a pesquisa-ação, onde os sujeitos são ao mesmo tempo o objeto, mas também os agentes operadores da mudança.

Antes de descrevermos o trabalho que está sendo realizado é importante demonstrar o percurso que o projeto almejou construir a partir dessa pesquisa e a tentativa de instituir a política da educação profissional integrada à educação de jovens e adultos no Distrito Federal.

Para esse percurso nos amparamos em (VIANNA, 1996), que com base em extensa contribuição de autores de origem anglo-saxã sobre a análise de políticas públicas nos traz referenciais de como é a sua construção. Nesse sentido nos filiamos em uma das fases propostas pela autora a partir desses referenciais, que dizem respeito à construção da agenda. Amparada em (KINGDON, 1984 *apud* VIANNA, 1996) nos mostra que o interessante na análise de uma política pública é o motivo pelo qual alguns problemas e assuntos são colocados na agenda e outros não; o porque de certas alternativas serem escolhidas e outras não. Dessa forma a agenda é o ponto de convergência do governo e dos cidadãos.

Nessa perspectiva também MULLER (2004), nos apresenta o conceito de agenda como fundamental para compreender os processos pelos quais as autoridades se apropriam de uma questão para construir um programa de ação. Segundo o autor, a transformação de um problema em objeto de intervenção política é produto de um trabalho específico realizado por atores que se associam entre si para inscrever na agenda o seu enfrentamento.

Nesse sentido, também, autores como BONETI (2007) nos ajudam a elucidar porque no Brasil tornou-se recorrente analisar uma política pública a partir dos seus resultados e da aplicação dos recursos públicos e se negligencia a complexidade da gestão e a sua operacionalização. Em certa medida é esse o esforço que estamos empreendendo nessa análise.

Retornando para a dimensão do problema, os dados do Censo Escolar de 2006 refletem a baixa oferta de educação profissional no DF. De um total de 516.014 matrículas da rede pública captadas pelo Censo, apenas 3.545 eram na modalidade de educação profissional, ou seja, 0,7% e ainda, essas matrículas são de estudantes que já possuíam o ensino médio ou estavam cursando o segundo ou terceiro ano do ensino médio, uma vez que estas escolas somente emitem a habilitação de técnico quando o aluno comprovar a conclusão do ensino médio. Portanto, não há integração ainda entre as escolas que tratam da oferta das modalidades de EJA e de educação profissional.

Identificadas as escolas e feitos os primeiros contatos, o primeiro movimento foi o de oficializar a ação no âmbito do Governo do Distrito Federal - GDF. Em maio de 2007, o Reitor da UnB, comunicou a então Secretária da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, do propósito da pesquisa, tendo sido atendido com a indicação de um interlocutor dentro da então Subsecretaria de Educação Básica –SUBEB, onde estavam alojadas as diversas organizações da educação básica do DF, a saber, infantil, fundamental, média, EJA e educação profissional.

Um primeiro esforço foi o de apresentar no âmbito da própria Secretaria de Educação as possibilidades de construção de um itinerário de formação que vinculasse EJA à educação profissional. Naquele momento, no início de um novo governo, várias iniciativas administrativas estavam em curso e colocavam em questão a máquina administrativa do GDF. O governo Arruda reduziu um grande número de secretarias, extinguiu órgãos, mas criou estruturas concorrentes de programas que tinham como lócus a educação como as gerências de erradicação do analfabetismo e educação profissional.

Nessa dimensão merece destaque o fato de que essas duas gerências desde o início lançaram planos de ação que concorriam com as atividades que estavam sendo propostas. A primeira iniciativa foi o lançamento do *projeto abcDF*, no âmbito da Gerência de Erradicação do Analfabetismo, cuja meta era a de alfabetizar 50 mil pessoas na faixa dos 15 aos 59 anos em quatro anos. Uma outra ação foi a concessão por parte da Gerência de Educação Profissional de uma bolsa capacitação-profissional para 1.365 alunos que cursavam o ensino

médio nas escolas públicas do GDF. O processo consistia em uma “compra” de vagas junto às escolas do Sistema S. As duas gerências se vinculavam a SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e tinham iniciativas próprias independentemente daquelas que estavam sendo promovidas pela Secretaria da Educação.

Nesse particular trazemos de novo a nossa reflexão a questão da construção da “agenda” e a inclusão do “problema” como espaço de construção da política pública. A opção do governo Arruda foi em outra direção. Ao invés de construir uma ação amparada na estrutura da educação, o governo optou por uma transferência de ações para outros atores, transferindo recursos para tal. O governo Arruda ao promover a “compra” de vagas no Sistema-S dava as condições para esse se manter, uma vez que os cursos seriam absorvidos em horários em que havia baixa demanda no sistema. Seguramente compromissos da recém concluída campanha eleitoral estavam presentes e ao invés de se aprofundar o conhecimento das atuais estruturas de oferta de educação no Distrito Federal partiu-se para o mais simples.

De fato, o momento não era o mais propício, pois no exato momento em que se estruturava o início das ações pretendidas pelo PROEJA-Transiarte, dois ambiciosos projetos das “gerências” atuavam como concorrentes da nossa iniciativa (PROEJA) que tinha, inclusive, dificuldades de compreensão dentro das equipes do GDF, dada a insignificante participação da educação profissional na oferta educativa.

A separação física das dimensões de educação profissional e de EJA

Concorreu também para as dificuldades iniciais o fato de que quando se conseguiu um relativo entendimento no âmbito da Secretaria de Educação uma separação física das dimensões da EJA e da educação profissional colocou novas dificuldades para o andamento da pesquisa. Por intermédio do Decreto N° 28.276, de 14/09/2007, a Diretoria de Educação Profissional da Secretaria de Educação e as escolas a ela vinculadas (Centro de Educação Profissional de Saúde, em Planaltina, o Centro de Educação Profissional - Escola Técnica de Brasília, em Taguatinga, e o Centro de Educação Profissional, de Ceilândia) foi transferida para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, constituindo a Subsecretaria de Projetos Especiais, Educação Profissional e Superior. Os servidores ficaram ainda vinculados ao seu órgão de origem, no caso a Secretaria de Educação, até que a secretaria que os absorveu constitua quadro próprio de pessoal.

Essa nova fase provocou num primeiro momento o afastamento do CEP Ceilândia das atividades da pesquisa, exatamente a instituição que seria o *locus* da formação profissional. Mesmo assim, a pesquisa prosseguiu com as atividades no âmbito do CEM-3 a partir das oficinas do Transiarte que veremos a seguir.

No início de 2008 quando foi concluída a transferência, inclusive física, uma vez que a diretoria de educação profissional mudou-se do Anexo do Palácio do Buriti, no Plano Piloto, para o Centro Administrativo de Taguatinga, nominado pelos servidores de “Buritinga” é que foram retomados os contatos com aquela Secretaria. Nesse período de reconstrução da agenda com a nova dimensão institucional da educação profissional, o projeto contou com o fato de que a então diretora permaneceu na nova estrutura, cargo que ocupava na Secretaria da Educação. Dessa forma, foi de vital importância a sua articulação no sentido de apresentar ao Secretário de Ciência e Tecnologia a importância do projeto para as duas escolas na região de Ceilândia. Destaque-se para um encontro no mês de maio de 2008, onde foi definido o retorno do CEP as atividades do Transiarte. Logo após esse encontro o subsecretário da época, deixou o governo em função de ser candidato ao cargo de prefeito municipal no Estado de São Paulo, e a secretaria ficou no aguardo de um novo subsecretário.

Naquele encontro foi definida como estratégia de retomada das ações a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica entre todas as institucionalidades presentes na pesquisa: a Secretaria da Educação, a Secretaria de Ciência e Tecnologia e a própria UnB, com a participação das duas escolas, ficando a tramitação a cargo da própria Secretaria de Ciência e Tecnologia, que no aguardo da nomeação do novo subsecretário interrompeu novamente as discussões.

No entanto, a retomada efetiva do CEP Ceilândia somente veio a ocorrer no final do segundo semestre de 2008, quando a então diretora, Maria de Fátima Gonzaga seria empossada Subsecretária de Projetos Especiais, Educação Profissional e Superior, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, substituindo o cargo que ficou vago com a saída do então subsecretário. O cargo foi ocupado interinamente por outras pessoas, mas que durante o período de interinidade não houve a convocação de nenhuma reunião com a equipe do PROEJA.

Com a decisão firme da nova subsecretária, em dezembro de 2008, foi realizado importante encontro no CEP Ceilândia, que culminou com a efetiva integração das escolas nas atividades do PROEJA. Dessa feita, a diretora do CEP, viabilizou a presença de dois professores para acompanhar as atividades no CEM-3. Foi definido também que seria iniciado

no primeiro semestre de 2009 um percurso de formação no CEP envolvendo uma turma de alunos selecionados dentre os participantes das oficinas do Transiarte e que este curso poderia ser o embrião de um percurso de formação a ser definido pelas equipes do projeto. Dessa forma, em fevereiro de 2009, definiu-se com a direção do CEP e do CEM-3 as atividades do semestre e a organização de um curso de 80 horas denominado de Iniciação à Ciberarte, cujas atividades seriam desenvolvidas às quintas-feiras no CEP no contra-turno daquelas que ocorreriam no CEM-3 e durariam os dois semestres do ano.

Naquela altura também, uma importante medida estava em discussão no âmbito federal. O Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei N.º 919, de 30/04/2007, de iniciativa do MEC, que muda a Lei de Diretrizes e Bases - LDB nos artigos 37, e que trata da Educação de Jovens e Adultos, e os artigos 39 a 42 da LDB, que tratam da educação profissional e que estavam intactos desde a sua promulgação da LDB há 12 anos. Particularmente, na Educação de Jovens e Adultos, o artigo 37 da LDB introduz um novo parágrafo, o terceiro, que disciplina que a educação de jovens e adultos deve articular-se, preferencialmente, com a educação profissional. O Projeto foi transformado na Lei N.º 11.741, de 16/07/2008. Essa medida consagrava um novo *status* à EJA e particularmente, dá maior visibilidade a importantes iniciativas que vinham sendo conduzidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD do MEC. A mais importante é de que a educação de jovens e adultos passava a ser entendida como direito de aprender, de ampliar os conhecimentos ao longo da vida e não apenas de se escolarizar. Assim, a “*EJA é espaço de tensão e aprendizado em diferentes ambientes de vivências, que contribuem para a formação de jovens e adultos como sujeitos da história*” (MEC/SECAD, 2008).

Depois do encontro com o CEP, em dezembro de 2008, e definidos os procedimentos, os professores participantes da pesquisa no CEM-3 selecionaram os alunos que fariam esse percurso de formação em cursos previstos pelo Decreto N.º. 5.154, de 23/07/2004, de Formação Inicial e Continuada – FIC. Quando tudo parecia se encaminhar para a normalidade, novamente no mês de março de 2009, novo episódio colocou entraves para o andamento da pesquisa e seus impactos, agora no âmbito do CEM-3, até aquele momento tinha sido a escola protagonista das iniciativas.

Em março de 2009, quando estavam sendo retomadas as atividades da pesquisa previstas, uma festa organizada por alunos do 3º segmento de EJA para angariar fundos para a formatura, denominada *Kika na Latinha* foi encerrada abruptamente pelo Batalhão Escolar do DF. A consequência disso foi o afastamento do diretor da escola, por parte da Diretoria

Regional de Ceilândia, alegando não ter autorizado a realização da referida festa e cuja vistoria realizada pelo Batalhão identificou a presença de drogas e bebidas alcoólicas. Preventivamente o diretor foi afastado e uma Comissão foi nomeada por um período de 90 dias para apurar os fatos. Ao final desse período o diretor e sua vice foram exonerados do cargo e uma nova direção foi nomeada. Os efeitos desse episódio requereram um esforço enorme para reconstruir relações com a direção interina e posteriormente com a nova direção nomeada pela Secretaria de Educação e também com os professores envolvidos nas atividades.

Esse episódio impactou em muito a realização da pesquisa. Primeiro foi o clima de intranqüilidade tanto entre os professores da escola como da própria equipe da pesquisa e os alunos. O fato trouxe importantes questões para o debate. O primeiro de que o GDF tinha instituído um sistema de eleições denominado de Gestão Compartilhada e nesse episódio agiu com os rigores da lei, principalmente pelo fato de que o diretor eleito à época tinha passado por um concurso e participado da eleição que o elegeu com uma pequena margem de votos. Ou seja, foi uma eleição concorrida, fruto de grande mobilização da própria escola e onde projetos e concepções políticas estavam em jogo. Uma questão importante é que uma das primeiras medidas adotadas pelo então diretor foi o de incluir no Projeto Político Pedagógico da escola, o PROEJA-Transarte.

Decorrente desse episódio novamente uma nova reconstrução de sustentação para a realização da pesquisa envolvendo a nova direção nomeada, a Diretoria Regional de Ensino e a própria Secretaria de Educação teve de ser realizada pela equipe da pesquisa para dar sustentação ao desenvolvimento das ações programadas.

Em uma ação que é desenvolvida coletivamente qualquer episódio que ocorra é parte do processo da pesquisa e nesse sentido, tudo o que é resultado desse processo é parte também da pesquisa, uma vez que os fatos se sucedem sem que tenham sido previamente planejados. Esse é o grande desafio da pesquisa-ação.

Novamente superada a fase das reconexões, a pesquisa-ação retomou o seu rumo e um novo ator entrou em cena. Com a criação em dezembro de 2008, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais de Educação, Brasília, recebeu o Instituto Federal de Brasília, que assumiu o então Colégio Agrícola de Planaltina, que havia sido repassado ao GDF em 1978 e depois de praticamente fechar as portas foi reassumido novamente pelo MEC, 30 anos depois. Com a criação do Instituto um novo parceiro institucional se apresentou, principalmente porque uma das obrigações do Instituto será a da

oferta de cursos do PROEJA. Para a conexão desse ator à pesquisa, nova rodada de reuniões foi realizada e contou basicamente com o interesse do Instituto em realizar ações conjuntas com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, responsável pela educação profissional no DF, no sentido de não duplicar esforços.

Cabe destacar também a própria reorganização da Secretaria de Educação, que em abril de 2009, estruturou a SUBGPIE - Subsecretaria de Gestão Pedagógica e Inclusão Educacional, a qual pertence à Gerência de Educação de Jovens e Adultos. O novo subsecretário promoveu as condições de suporte para a efetivação das ações que estavam sendo empreendidas articulando as suas ações a similar subsecretaria no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Nesse sentido, em 30 de abril de 2009, uma importante reunião foi realizada na Ceilândia, no CEM-3, com todos os atores institucionais envolvidos: Secretaria de Educação, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Instituto Federal e a UnB. Nesse encontro foram definidas as bases do acordo de cooperação para instituir no Distrito Federal, o PROEJA. Em um momento posterior, foi definido que o acordo de cooperação teria que ser apreciado pela Consultoria Jurídica das duas Secretarias do GDF, iniciando o seu trâmite na Secretaria de Educação e depois seria encaminhado para a Secretaria de Ciência e Tecnologia. O mesmo processo está ocorrendo no Instituto e na UnB. Nesse caso a proposta de acordo foi apreciada pelos Colegiados e pelo Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação - DPP, tendo sido aprovado em todas as instâncias e agora será alvo de análise da Consultoria Jurídica. No caso do Instituto Federal será assinado pelo próprio Reitor.

A situação das escolas na região de influência da pesquisa

As escolas estão localizadas em uma área densamente habitada do Distrito Federal. O CEP, particularmente, fundado em 1982, atua na oferta de cursos básicos e técnicos de educação profissional e o CEM 3, na oferta de ensino médio e EJA. O CEP sofreu uma ampliação recente com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, do Ministério da Educação, o que lhe permitiu sua adequação física e de equipamentos nas áreas de serviços (serviços pessoais: manicuro-pedicuro), construção civil (elétrica residencial e marcenaria), indústria (corte e costura e impressor gráfico) e mecânica de automóveis. Além de oferecer estes cursos básicos, a escola oferece dois cursos técnicos de sistema de informações e de gestão empresarial. Com uma nova gestão a partir de 2007, que

empreendeu mudanças na oferta de cursos, as matrículas passaram de 600 para 4 mil e no CEM-3, as matrículas se mantiveram constantes nesse período na faixa de 2,5 mil.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego no DF registra uma população de 2.298.531 habitantes no Distrito Federal¹. Somente em Ceilândia, lócus da pesquisa, estão 406.269, ou seja, 18% da população do DF. Considerando a faixa de 15 a 29 anos, como sendo de jovens, o DF tem, nessa faixa etária, 31% da sua população. Do total de jovens, 1/5 moram na Ceilândia. Por sexo, os jovens do sexo masculino na Ceilândia são 47% do total, um pouco superior à mesma relação sobre a população total do DF, cujo percentual é de 46%. A taxa de desemprego dos jovens, a exemplo, do que ocorre em outras regiões do Brasil, é o dobro da taxa de desemprego total. Em Brasília essa taxa era de 10% em 2006, para a população como um todo, mas entre os jovens, 22% estavam desempregados. Na Ceilândia, 67% dos desempregados são jovens.

Particularmente na Ceilândia, dos jovens entre 15 a 29 anos, 52% não possuem o ensino médio, o equivalente a 66.242 pessoas. Isso é metade da população jovem na faixa etária que trabalhamos. Se tomarmos os dados daqueles que não concluíram o ensino fundamental, a situação é mais agravante. Do total de jovens dessa faixa etária, 28.918 não têm o ensino fundamental, e apenas 16.517 concluíram as oito séries iniciais. Por isso, a estratégia do PROEJA visa integrar a educação com a formação profissional.

Além disso, a atividade empreendedora neste aglomerado é extremamente baixa. Com base nos dados do Cadastro de Estabelecimentos Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego² tem-se 1 estabelecimento em cada grupo populacional de 150 habitantes, enquanto que no Plano Piloto essa relação é de 1 para 10, indicador tido como desejável pela OCDE³ nos países desenvolvidos. Isso mostra a pouca opção de inserção ocupacional dos jovens na região da Ceilândia, sendo que a média para o Distrito Federal é de um estabelecimento em cada grupo de 52 pessoas.

A realidade do mercado de trabalho revela os contrastes da inserção dos jovens. Enquanto em Ceilândia 29% dos jovens só estudam, no DF, são 36% e no Lago Sul, onde se concentra a maior renda per capita do Distrito Federal, 56% da faixa etária dos 15 aos 29 anos somente estuda (Quadros 3-4). Isso revela que desde cedo os jovens da Ceilândia são lançados precocemente no mercado de trabalho e muitas das vezes sem a qualificação necessária.

Quadro 1 - População de jovens e população total no Distrito Federal por nível de escolaridade

Escolaridade	Distrito Federal				
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Total Jovens	Pop. Total
Total	119.770	351.084	231.076	701.930	2.298.531
Sem Declaração	125	625	728	1.478	259.319
Analfabeto	696	2.215	1.893	4.804	83.459
Sem Escolaridade	24	72	76	173	101.717
Ensino Fundamental Incompleto	41.232	56.155	48.725	146.112	616.475
Ensino Fundamental Completo	29.461	37.967	22.441	89.869	203.250
Ensino Médio Incompleto	42.124	51.409	16.818	110.351	149.969
Ensino Médio Completo	6.011	137.752	83.286	227.049	495.458
Ensino Superior Incompleto	97	51.243	21.933	73.273	106.314
Ensino Superior Completo	-	13.646	35.175	48.821	220.323

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - DF. Convênio: SEDEST-GDF/DIEESE/FSEADE-SP, 2006.
Elaboração: Projeto EJA a partir de tabulação especial DIEESE

Quadro 2 - População de jovens e população total na Ceilândia por nível de escolaridade

Escolaridade	Distrito Federal				
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Total Jovens	Pop. Total
Ceilândia	20.362	60.331	47.581	128.274	406.269
Sem Declaração	-	26	138	164	51.726
Analfabeto	112	497	578	1.187	18.963
Sem Escolaridade	-	-	-	-	19.705
Ensino Fundamental Incompleto	7.969	11.040	9.909	28.918	127.568
Ensino Fundamental Completo	4.737	6.734	5.046	16.517	39.454
Ensino Médio Incompleto	6.524	9.565	4.718	20.807	29.792
Ensino Médio Completo	943	27.192	21.359	49.494	97.622
Ensino Superior Incompleto	77	4.011	2.703	6.791	9.985
Ensino Superior Completo	-	1.265	3.131	4.396	11.453

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - DF. Convênio: SEDEST-GDF/DIEESE/FSEADE-SP, 2006.
Elaboração: Projeto EJA a partir de tabulação especial DIEESE

Os dados a seguir mostram, entre a população jovem, como está distribuída a sua condição de atividade. Em termos percentuais não há muita distinção entre os dados de Ceilândia e os dados para o conjunto do Distrito Federal, o fato de representar quase 1/5 da população do DF imprime uma tendência que se espalha para o conjunto da população.

Quadro 3 - População de jovens e total no Distrito Federal segundo condição e atividade

Regiões Administrativas	Distrito Federal				
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Total Jovens	Pop. Total
Distrito Federal	122,920	350,968	236,064	709,953	2,298,531
Só estuda	72,113	36,516	5,206	113,835	310,527
Estuda e trabalha	12,236	59,022	27,188	98,447	146,265
Estuda e procura trabalho	24,403	33,632	5,689	63,724	72,340
Só trabalha	3,244	130,958	140,546	274,748	864,683
Só procura trabalho	4,156	55,817	32,185	92,157	161,444
Só afazeres domésticos	905	13,192	13,330	27,427	129,682
Outros	5,863	21,831	11,920	39,615	613,590

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - DF. Convênio: SEDEST-GDF/DIEESE/FSEADE-SP, 2006. Elaboração: Projeto EJA a partir de tabulação especial DIEESE

Quadro 4- População de jovens e total em Ceilândia segundo condição e atividade

Regiões Administrativas	Distrito Federal				
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Total Jovens	Pop. Total
Ceilândia	20.362	60.331	47.581	128.274	406.269
Só estuda	10.210	3.673	574	14.456	49.189
Estuda e trabalha	2.766	7.938	4.309	15.013	21.402
Estuda e procura trabalho	4.788	4.658	894	10.340	11.841
Só trabalha	866	25.585	29.448	55.899	150.362
Só procura trabalho	948	10.750	6.440	18.139	30.648
Só afazeres domésticos	100	3.306	3.329	6.736	28.082
Outros	683	4.420	2.587	7.691	114.744

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - DF. Convênio: SEDEST-GDF/DIEESE/FSEADE-SP, 2006. Elaboração: Projeto EJA a partir de tabulação especial DIEESE

Transiarte - Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional em Brasília

O PROEJA-Transiarte, visa despertar a identidade cultural na produção artística virtual de jovens/adultos através da criação artística coletiva e individual. Para tanto, a partir das ferramentas da WEB, permite ao jovem/adulto agir diretamente na transformação do mundo presencial e virtual em que está inserido. É dessa maneira que o jovem/adulto, ao mesmo tempo em que adquire conhecimento, desenvolve habilidades no uso de softwares apropriados para o trabalho em projetos audiovisuais voltados para o ambiente Web. Concebida como uma arte de transição (da arte presencial à virtual), a arte virtual também não é vista de maneira oposta à arte presencial, mas harmoniosa, oferecendo um novo ângulo e uma nova reconfiguração.

Exploramos uma forma de ciberarte, a transiarte, que se caracteriza pela criação coletiva de videoclipes, músicas, fotos, ou texto digitais. Os trabalhos são interativos (podem ser acessados, modificados, utilizados como usuários) e sua “galeria de arte” é a Web. Daí

que alguns também classificam de *Webarte*. Como criação coletiva não se propõe a ter direitos autorais e subscreve pelo modelo de autoria do domínio público e da *creative commons* (www.creativecommons.com.br)⁴. Busca-se trabalhar com a aprendizagem das funcionalidades das mídias digitais seu uso criativo a partir do conceito de identidade estética cultural.

Formas dessa arte são: videoclipes curtos mostrando a arte popular (mamulengos, danças folclóricas, celebrações religiosas regionais). O jovem/adulto com o apoio dos membros do projeto, aprende o uso de softwares e sua manipulação para criar sua própria versão artística da arte popular ou de outros temas que poderão escolher.

Além do sentido da palavra transição no contexto da arte, esta palavra tem também significado especial para jovens e adultos, pois muitos estão em períodos de transição em suas próprias vidas⁵.

Esse processo de aprendizagem poderá compor um possível itinerário formativo que pode vir a ser certificado pelo CEP. Ou seja, ao mesmo tempo em que jovens e adultos complementam a sua escolarização no CEM-3, podem vir a compor um arco ocupacional previsto pelo Projovem, Lei Nº 11.692, de 10/06/2008⁶ a cargo do CEP, que tenha como elementos constitutivos a arte de transição e que pode estar ligado ao domínio de ferramentas de programação, como *web design, development*, software livre⁷, etc.

A metodologia da pesquisa

As atividades são realizadas às quintas-feiras pela manhã no CEP, com os alunos que estão desenvolvendo o primeiro percurso formativo e a tarde um outro grupo de alunos do CEM-3 do segundo e do terceiro segmento da EJA realizam as oficinas do Transiarte, com vistas a dar continuidade a segunda turma no semestre seguinte no CEP.

O processo descrito anteriormente mostra o esforço institucional para a construção de uma agenda de ações a partir dos referenciais existentes. Além dos problemas envolvidos com a construção da agenda, a pesquisa se depara também com o desenvolvimento de um percurso de formação que envolve os próprios professores, uma vez que aquilo que está sendo construído não é definido a priori.

Por isso adotou-se como metodologia a pesquisa-ação, que se inscreve em um desdobramento histórico das Ciências Sociais, na sua institucionalização definitiva no mundo e em suas múltiplas tendências teóricas e metodológicas, tendo, por um lado, como preocupação, a revolução epistemológica e por outro a eficácia política e social. Ora, sabe-se que existem inúmeras experiências de inovação pedagógica nas escolas que se prestam à abordagem da pesquisa-ação (BARBIER, 2007:14).

O PROEJA Transarte visa realizar uma pesquisa-ação no sentido de buscar o desenvolvimento de atitudes e de formas de ação investigativas na área educacional, que tragam para essa área contribuições consistentes e diferentes perspectivas no trato da pesquisa.

Até o momento, nossas ações investigativas têm percorrido um itinerário de traçado não linear, onde concepções de vida e de educação se entrelaçam a concepções políticas e de formatos institucionais ainda não visualizadas por todos os profissionais envolvidos. A pesquisa, que não trabalha com um universo de unanimidade política, busca a concretização dos propósitos acima expostos em uma condição pelo menos majoritária e já declarada por todos os seus participantes. Falta, todavia, a compreensão de que seus avanços dependem de atitudes em dimensões ainda a serem exploradas, pois não estabelecemos (mesmo que o desejássemos), como pesquisadores, o tempo de construir o itinerário EJA-EP como um só elemento, pelo agir voluntário individual.

A Pesquisa Ação proposta no âmbito do PROEJA, em Brasília, surge como opção do Grupo por entender que o método implica a finalidade da Ciência e os procedimentos metodológicos. Nesse sentido, o grupo de pesquisa entende que uma produção de conhecimento, uma produção de ciência, implica, não mais em só interpretar o mundo, mas, de transformá-lo, conforme a XI Tese de Marx a Feuerbach (MARX & ENGELS: 1999). O fazer ciência não pode se restringir ao diagnosticar os problemas, mas, sobretudo, produzir um conhecimento, que inerentemente esteja transformando a realidade em que o pesquisador esteja inserido.

A Pesquisa-Ação embasada em THIOLENT, 2005; BARBIER, 2007; MORIN, 2008 que desenvolvemos tem as seguintes características:

- I. Contraponto à pesquisa tradicional, que predominantemente procura explicar diagnosticamente a realidade. Aqui, o nosso trabalho no Centro de Ensino Médio 03 (CEM 03) e no Centro de Educação Profissional (CEP) em Ceilândia-DF é uma

diagnose de realidade (como se articula e pode se articular a educação de jovens e adultos do CEM 03 e a educação profissional no CEP), e principalmente, uma inserção de contribuição transformadora, no sentido de superar os espaços físicos, curriculares, pedagógicos e operacionais que separam as duas escolas e a própria UNB

- II. Não é neutra, imparcial, impessoal. Toma partido de determinada classe. Classe, entendida ontologicamente como a relação capital e trabalho ou trabalho e capital, base do modo de produção capitalista. Há uma opção do grupo de pesquisa em trabalhar com uma classe de trabalhadores-estudantes e estudantes trabalhadores que estudam no CEM 03 e no CEP. Esses trabalhadores estudantes e estudantes trabalhadores fazem parte predominantemente das pessoas que sofrem o processo de exclusão. Ou seja, estão à margem das decisões políticas, epistemológicas, culturais e afetivas da sociedade capitalista, no sentido que lhe empresta CASTEL (1998).
- III. Não está centrada na objetividade, sem subjetividade, mas na subjetividade do pesquisador, como também objetividade. Historicamente, a ciência de inspiração cartesiano-positivista estabelece como princípio de ciência o que é contável, observável, mensurável, demonstrável, deixando de lado a arte, a sabedoria popular, a religião e a subjetividade, como possibilidades de ciência. No nosso caso, a subjetividade é uma forma de objetividade, e como tal de ciência.
- IV. Todas as pessoas participam da pesquisa. São protagonistas da pesquisa, desde a escolha do problema a ser tomado como objeto de pesquisa, passando pelo caminho metodológico, resultados processuais da pesquisa e resultados finais da pesquisa (superação de um problema identificado). São estudantes de ensino fundamental (5ª à 8ª série) e do ensino médio (1ª à 3ª série) que através de seus anseios e necessidades constituem a base da pesquisa. Junte-se a eles professores do Centro de Ensino Médio 03 (CEM 03) e Centro de Educação Profissional (CEP), bem como, estudantes (graduação e mestrado) e professores da Universidade de Brasília (UNB).
- V. Trabalha com transformações processuais em nível de cada pessoa e do conjunto de suas relações sociais, que são de classe. Há um enfoque nas transformações micro de cada sujeito/objeto da pesquisa e do conjunto dos sujeitos/objetos da pesquisa. Identificam-se transformações pessoais no pessoal do CEM 03, CEP e da UNB, particularmente, através de encontros semanais tanto no CEP, quanto no CEM 03 e na UNB.

- VI. Todos são pesquisadores e pesquisados. Não há, pois, o pesquisador (sujeito) e o pesquisado (objeto). Não é o estudante e o professor da Universidade de Brasília que são os pesquisadores e o estudante e professor do CEM03 e do CEP que são pesquisados. Estudantes, professores tanto do CEM 03, CEP, bem como, da UNB, são ao mesmo tempo pesquisadores e pesquisados. Em cada pessoa, há a intencionalidade de ressignificação de sua subjetividade, como objetivo e finalidade da pesquisa.
- VII. Sistematização dos resultados: em processo, com sistematizações constantes, em registros de campo (BARBIER, 2007). Cada reunião, cada encontro, tanto no CEM03, CEP e na UNB, são registrados e objeto de discussão do encaminhamento ou reencaminhamento da pesquisa.
- VIII. A produção do conhecimento é individual e coletiva ao mesmo tempo. Cada estudante do CEM 03 e do CEP participa da indicação de problemas geradores e do encaminhamento da solução desses, tendo como base inicial a Transiarte (uma fase de transição entre a arte tradicional e a arte virtual) como pré-texto da mobilização e organização dos estudantes, professores, direção do CEM 03 e CEP, bem como, estudantes e professores da UNB.

Não temos a verdade ou uma verdade. Temos verdades e múltiplas verdades. Isto significa que não é só pensar o uno e o múltiplo conjuntamente. É também pensar o incerto e o certo, o lógico e o contraditório, e a inclusão do observador na observação.

Considerações finais

O PROEJA, instituído através do Decreto N° 5.840/2006, e a Lei N.º 11.741/2008, que mudou o artigo 37 da LDB, introduziram questões muito importantes para a EJA. Ao acrescentar na LDB a palavra, articulação preferencial da EJA à educação profissional, novas perspectivas foram abertas à educação de jovens e adultos, uma vez que essa modalidade de educação tem uma alta taxa de abandono, particularmente, porque se destina a uma clientela de jovens e adultos que deixaram a escola para se dedicar a sua sobrevivência.

No entanto, como essa possibilidade não tem caráter compulsório no âmbito dos sistemas municipais e estaduais, revela as dificuldades de formar quadros docentes que incorporem essa dimensão e, particularmente, revela para os sistemas o desafio de construir um currículo integrado da EJA com a educação profissional. No percurso feito até aqui pela pesquisa e o contato direto com os alunos e professores revelou a mudança de clima numa

escola de EJA ao apresentar aos professores e estudantes outras possibilidades na produção do conhecimento sobre o tema e demonstra que a integração propicia as condições da EJA ser mais efetiva, particularmente, no que diz respeito à permanência dos alunos nos sistemas de ensino.

No processo de desenvolvimento da pesquisa apresentamos nessa reflexão a dificuldade da construção dessa política no âmbito do sistema de educação do Distrito Federal e os desafios colocados, inclusive, no âmbito das próprias escolas e as suas institucionalidades. Ao buscar a aproximação das duas dimensões na Região da Ceilândia tendo como lócus, o CEM- 3 e o CEP busca-se apreender a partir do conhecimento coletivo gerado, as possibilidades desse percurso e como ele contribui para uma oferta educativa que possa contemplar um contingente enorme de pessoas que na idade apropriada não tiveram essa possibilidade.

¹ PED/DF, 2006 (Convênio MTE/DIEESE-Fundação SEADE).

² Utilizou-se como base a RAIS/Estabelecimento de 2005 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

³ Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico – OCDE.

⁴ Refere-se ao direito autoral coletivo onde os autores permitem que o texto ou produção artística seja reutilizado sem necessidade da permissão dos criadores.

⁵ Vídeos estão disponíveis no site do projeto no <http://www.proejatransarttube.cefetgo.br>.

⁶ É um programa que está alocado na Secretaria Nacional de Juventude e integra a estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República. Tem como objetivo oferecer ao jovem: a elevação do grau de escolaridade, visando à conclusão do ensino fundamental; a qualificação profissional, estímulo à inserção produtiva cidadã; e o desenvolvimento de ações comunitárias, exercício de cidadania e intervenção na realidade local. O programa destina-se a residentes das capitais brasileiras com 18 a 29 anos, que tenham terminado a quarta série e não tenham concluído o ensino fundamental e ainda não trabalhem com carteira profissional assinada. Uma bolsa de R\$ 100,00 é paga aos alunos que satisfizerem as condições de ingresso no programa.

⁷ Compõe esse itinerário uma série de outros conteúdos disciplinares articulados em torno das novas linguagens de programação da web. Uma das possíveis ocupações poderia ser a de *designer* de jogos eletrônicos. Também com o advento da TV Digital uma série de outras atividades ligadas à produção de filmes, desenhos animados, demandam esse tipo de profissional, que nas periferias das grandes cidades começam a revelar sua arte grafitando muros ou até mesmo mostrando suas habilidades nas *lan-houses*.

Bibliografia

- BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Tradução Lucie Didio. Brasília: Plano, 2007.
- BONETI, Lindomar Wessler (2007). *Políticas Públicas por Dentro*. Ijuí-RS: Ed. Unijuí.
- BRASIL. MEC (2008). *Os Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil – Documento Base Nacional*. Brasília. Relatório, 12p.
- BRASIL. CEDES (2007). *As Desigualdades na Escolarização no Brasil*. Brasília: Presidência da República,
- BRASIL. MEC (2007). *Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio – Documento Base*. Brasília: SETEC. Dezembro. Mimeo, 59p.
- BRASIL. MEC (2006). *Legislação Federal*. [on-line]. Disponível na Internet: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Lei_principal.htm.
- BRASIL. MP/IPEA. (2006). BRASIL: *O Estado de uma Nação 2006*. REZENDE, Fernando, TAFNER, Paulo. (orgs.). Brasília: IPEA. Vol. III, p.121. (Educação no Brasil: Atrasos, Conquistas e Desafios).
- CASTEL, Robert. (1998). *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro. Vozes.
- HARASIM, L., HILTZ, R., TELES, L., TUROFF, M. (2005). *Redes de Aprendizagem: Um Guia para o Ensino e a Aprendizagem Online*. São Paulo: Editora SENAC.
- HUGUES, Dionne (2007). *A pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. Tradução de Michel Thiollent. Brasília: Liber Livro Editora.
- KINGDON, W, John (1984). *Agendas, alternatives and public policies*. Boston, Little Brown an Company.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MORIN, Edgar (2008). *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel.
- MULLER, Pierre (2004). *Les Politiques Publiques*. Paris: PUF. Tradução não autorizada de Rogério de Andrade Córdova.
- REIS, Renato Hilário dos (2000). *A Constituição do Sujeito Político, Epistemológico e Amoroso na Alfabetização de Jovens e Adultos*. Campinas: Faculdade de Educação. Universidade de Campinas. Tese de Doutorado.
- THIOLLENT, Michel (2005). *Metodologia da Pesquisa Ação*. São Paulo: Cortez Editora.
- VENTURELLI, Suzete e TELES, Lucio (2008). *Introdução à Arte Digital. Publicado no Creative Commons*. www.creativecommons.com.br.
- VIANNA, A, L. (1996). “Abordagens Metodológicas em Políticas Públicas.” *Revista de Administração Pública - RAP*. Rio de Janeiro. Mar./Abr. 30 (2): 5-43.